NA CIDADE: MICROPOLÍTICAS E MODOS DE EXISTÊNCIA

Caderno Nesp n 09.indb 1 01/11/2019 10:01:30

CADERNOS TEMÁTICOS DO NESP
Número 9: Na cidade: micropolíticas e modos de existência

NÚCLEO DE ESTUDOS SOCIOPOLÍTICOS (NESP)

GRUPO GESTOR

REPRESENTANTES DA PUC MINAS:
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (coord.)

REPRESENTANTES DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE:
Frederico Santana Rick
José Zanetti Gonçalves

SECRETARIA:
Carmen Lúcia de Araújo Vieira

COMITÊ EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO:
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

ORGANIZAÇÃO:
Adriana Maria Brandão Penzim
Robson Sávio Reis Souza
Claudemir Francisco Alves

NA CIDADE: MICROPOLÍTICAS E MODOS DE EXISTÊNCIA

Adriana Maria Brandão Penzim
Robson Sávio Reis Souza
Claudemir Francisco Alves
Organização

Núcleo de Estudos Sociopolíticos
editora PUC Minas

Belo Horizonte
2019

Caderno Nesp n 09.indb 3 01/11/2019 10:01:30

© 2019 Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem a autorização prévia do Nesp.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
Secretário de Comunicação: Mozahir Salomão Bruck
Coordenador do Anima: Pe. Áureo Nogueira de Freitas

EDITORA PUC MINAS
Diretor: Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Coordenação editorial: Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Comercial: Paulo Vitor de Castro Carvalho

Projeto gráfico e diagramação do miolo: Eduardo Magalhães Salles
Capa: Cláudio Lütkenhaus

CONSELHO EDITORIAL
Edil Carvalho Guedes Filho, Eliane Scheid Gazire, Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros, Flávio de Jesus Resende, Jean Richard Lopes, Javier Alberto Vadell, Leonardo César Souza Ramos, Lucas de Alvarenga Gontijo, Luciana Lemos de Azevedo, Márcia Stengel, Meire Chucre Tannure Martins, Mozahir Salomão Bruck, Pedro Paiva Brito, Sérgio de Morais Hanriot.

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

N111 Na cidade: micropolíticas e modos de existência/ organizadores Adriana Maria Brandão Penzim; Robson Sávio Reis Souza, Claudemir Francisco Alves e. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, NESP, 2019.

280 p.: il.

ISBN – 978-85-8229-111-5

1. Cidades e vilas. 2. Sociologia urbana. 3. Planejamento urbano. 4. Espaços públicos. 5. Ecologia agrícola. I. Penzim, Adriana Maria Brandão. II. Souza, Robson Sávio Reis. III. Alves, Claudemir Francisco. IV. Título.

CDU: 711

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva – CRB 6/2086

Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp
Av. Dom José Gaspar, 500, prédio 4, sala 205 – Coração Eucarístico – Belo Horizonte – MG
CEP: 30.535-901 – Telefone (31) 3319-4978 – e-mail: nesp.pucminas.br – site: www.nesp.pucminas.br

Caderno Nesp n 09.indb 4 01/11/2019 10:01:30

Lista de siglas e abreviaturas

ACNUR..... Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CERNA ..... Centro Risoleta Neves de Atendimento (Belo Horizonte)
CEU ..... Centro de Artes e Esportes Unificados
CIDH..... Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CINDS..... Centro Integrado de Informações de Defesa Social
CRAS ..... Centro de Referência de Assistência Social
EI..... Escritório de Integração (PUC Minas)
EMASP..... Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo
Enem..... Exame Nacional do Ensino Médio
Fumec ..... Universidade Fumec (Fundação Mineira de Educação e Cultura)
LGBT..... Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MAO ..... Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte
MMOB..... Movimento de Mulheres Olga Benário
NEA ..... Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica
ONG..... Organização não governamental
PAIF..... Proteção e Atendimento Integral à Família
PPP ..... Projeto político-pedagógico
RAPS ..... Rede de Atenção Psicossocial
RISP ..... Região Integrada de Segurança Pública
RMBH..... Região Metropolitana de Belo Horizonte
SJMR ..... Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados
Seduc ..... Secretaria Municipal de Educação de Contagem (MG)
SMDHC..... Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo
SUAS ..... Sistema Único de Assistência Social
TJMG ..... Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UFMG ..... Universidade Federal de Minas Gerais

Sumário

APRESENTAÇÃO
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza 11

PARTE I:
PROJETANDO OUTROS MODOS DE EXISTÊNCIA

Saraus: sociabilidade, resistência e recriação dos espaços públicos
Rachel de Castro Almeida
Adriana Maria Brandão Penzim 23

Comunicação social: um desafio democrático
Ercio Sena 47

Apreciar, refletir e problematizar: a visitação ao Museu de Artes e Ofícios como oportunidade de indagação sobre as representações associadas ao trabalhador brasileiro
Mara Marçal Sales
Carlos Eduardo Carrusca Vieira
João César de Freitas Fonseca 65

PARTE II
EXPERIÊNCIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

As ações coletivas na construção de uma cultura de solidariedade
Bruno Márcio de Castro Reis 87

Redes tecidas pela Agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte: AMAU, RUA Metropolitana e desdobramentos possíveis
Gabriel Mattos Ornelas
Cristiana Guimarães Alves
Daniela Adil Oliveira de Almeida
Marcelo Oliveira de Almeida 111

Planejamento urbano feminista: a casa de referência da mulher e o movimento de mulheres na cidade de Belo Horizonte
Maria Walkíria de Faro Coelho Guedes Cabral
Ana Carolina Machado Amoni Girundi 131

Formando socializadores/multiplicadores em cidadania e direitos humanos no poder público: a experiência da Escola de Governo de São Paulo
Pedro Aguerre
Isabel Cristina Rodrigues
Maurício Piragino (Xixo) 149

Justiça Restaurativa: convite a refletir e a agir para a construção de relações justas
Monica Mumme 173

PARTE III:
EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Territórios, afetos e metodologias participativas: a experiência do Coletivo Articulando Redes
Marcia Mansur Saadallah
Manoela da Silva Costa Marra
Thaís Natiele Bessa de Miranda 193

Projeto Ler: uma experiência de leitura e escrita com refugiados e migrantes
Sandra Cavalcante
Josiane Militão 213

O político-pedagógico na prática: como faz-pensando o Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas
Alícia Duarte Penna
Denise Pirani
Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt
Hilda Cotegipe
Maria Elisa Baptista
Silvio Romero Fonseca Motta
Tiago Castelo Branco Lourenço
Viviane Zerlotini da Silva 231

Cuidar da criança em sofrimento: a contribuição da Psicologia Social para a humanização da escola
Luiz Carlos Castello Branco Rena
Manoel Deusdedit Júnior 257

Sobre os autores 275

Parte II

EXPERIÊNCIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Redes tecidas pela agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte: AMAU, RUA metropolitana e desdobramentos possíveis

Gabriel Mattos Ornelas
Cristiana Guimarães Alves
Daniela Adil Oliveira de Almeida
Marcelo Oliveira de Almeida

Este texto compartilha as experiências de algumas redes de agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a fim de inspirar novas práticas transformadoras e contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais populares, as construções autônomas comunitárias e o aprimoramento de políticas públicas.

A agroecologia construída nas regiões metropolitanas estimula modos de sociabilidade que suscitam vivências e interações socioambientais e democráticas. A prática da agroecologia no contexto urbano se dá na multifuncionalidade, integrando aspectos ecológicos, sociais, culturais e políticos para o desenvolvimento de cidades economicamente justas, ecologicamente sustentáveis e culturalmente sensíveis. Ainda é possível dizer do estímulo e da importância da articulação em redes para construção de experiências que promovam a solidariedade, a sustentabilidade e a construção social de outras políticas e economias. Tais aspectos são importantes, pois diferenciam a prática agroecológica de outros modos de cultivo de alimentos, como a produção orgânica orientada por princípios da agricultura industrial ou agronegócio.

A organização em rede também confabula com o que Castells (1999) chama de nova morfologia social de nossas sociedades, já que a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e

os resultados dos processos produtivos e de experiência, base material para expansão e penetração na estrutura social, como ele mesmo define, num conjunto de nós interconectados.

As possibilidades de construção do conhecimento agroecológico em contextos metropolitanos permitem refletir sobre distintas abordagens e metodologias para a transformação socioambiental e promoção de sistemas alimentares regionais justos e sustentáveis. Nesse sentido, o objetivo deste texto é compartilhar as experiências desenvolvidas por algumas redes de agroecologia na RMBH no intuito de refletir sobre as práticas coletivas que vêm sendo desenvolvidas na região, bem como inspirar outros grupos e coletivos a se articularem em redes para retomarem a autonomia sobre os processos de produção, transformação, comercialização e consumo em seus territórios.

Serão descritos os trabalhos e as interações entre a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana – trabalho de base, mobilização e articulação social –, e a Rede Urbana de Agroecologia (RUA Metropolitana), espaço de diálogo entre o poder público, a universidade e outros atores da sociedade civil para construção de ações – que repercutiram na criação do Sistema Participativo de Garantia (SPG) da RMBH – mecanismo de certificação e construção social de mercados.

A RMBH, A CAPITAL, O URBANO E O DEBATE AGROECOLÓGICO

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é a terceira maior região metropolitana do Brasil e sua população é de 4.833.970 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010 (FIGURA 1).

A predominância dessa expansão urbana sob a lógica do capital industrial e imobiliário na RMBH configura um intenso processo de valorização e aumento do preço da terra que compromete os espaços rurais e as atividades agrícolas nas cidades. Nesse sentido, ocorre a inviabilidade da permanência das/os agricultoras/es e diminui a disponibilidade de terras agricultáveis para produção alimentar. A situação colocada para a trabalhadora e o trabalhador nos dias atuais, permanece sendo uma exploração de seu trabalho e moradias em assentamentos pouco urbanizados, acarretando uma saúde precária e uma alimentação desfavorável.

FIGURA 1. Mapa da localização da Região Metropolitana de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais e no Brasil.
Fonte: AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana – UFMG, 2016.

Existe uma intensa mobilização e incidência da sociedade civil em processos sociopolíticos para promover e ampliar a produção de alimentos de base agroecológica na RMBH, que articulam as dimensões sociais, ambientais e econômicas do "urbano" com as práticas agrícolas (ALMEIDA, 2016), visto que em contextos metropolitanos o campo agroecológico repercute, incorpora e incide em outras pautas como o "direito à cidade"; o "direito humano à alimentação adequada" e uma construção social de mercados que seja justa para quem produz e para quem consome.

Em sua teorização sobre o urbano – que deve ser compreendido para além da cidade, Lefebvre (1999; 2011) argumenta sobre a complexa ligação entre o processo de urbanização e a industrialização como o motor das transformações da sociedade e ponto de partida para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. Se originalmente o espaço da

cidade privilegiava a perspectiva da reprodução da sociedade (visualizada pela tríade: excedente econômico – poder político – festa), a partir da industrialização, é imposta à organização da cidade a lógica da produção e das necessidades da indústria, que transformam a própria cidade em produto industrial. Nessa perspectiva, as lutas pelo "direito à cidade" surgem como uma via de afirmação das diferenças frente ao modo de produção capitalista, prevalecendo a apropriação e uso do espaço pelas pessoas e a restauração da cidade como obra coletiva da cidadania.

Nos últimos 20 anos o movimento agroecológico tem sido retroalimentado pelo crescente interesse da sociedade e da academia pela temática da agricultura urbana, pela compreensão da histórica presença das práticas agrícolas nas cidades desde suas origens, assim como pela percepção da agricultura como parte da cidade e do urbano contemporâneo. Como argumentam Almada e Souza (2017), a domesticação das primeiras espécies vegetais pode ter ocorrido próximo às áreas de moradia dos primeiros agricultores-coletores a partir da chamada primeira revolução agrícola ou revolução do neolítico (cerca de 12.500 anos atrás). Ao longo do tempo, essa prática social foi mais ou menos considerada nos projetos utópicos de cidade e nas diferentes concepções sobre as relações campo-cidade, mas usualmente foi negligenciada nas análises econômicas urbanas e rurais e considerada como uma atividade pontual ou resquício de um outro tempo.

A capital mineira, Belo Horizonte, segue um modelo de urbanização cartesiana que apresenta a agricultura entrelaçada às suas construções de concreto, subsistindo como uma fonte de produção e processamento de alimentos (OLIVEIRA; ALVES; PAULA, 2018). Esse modelo, mesmo que não tenha foco na fluidez entre o urbano e o rural, concebia uma cidade que combinava áreas urbanas, periurbanas e rurais, sendo essas duas últimas responsáveis por parte do abastecimento urbano de alimentos mais perecíveis. No entanto, atualmente, a capital mineira praticamente não apresenta áreas rurais em razão do processo de urbanização que sempre privilegiou a impermeabilização de grandes áreas. E esse modelo tem sido reproduzido por outros municípios da região.

A década de 1990 marca o crescimento da RMBH, com a inclusão de novos municípios e outras realidades, muitas delas muito díspares ao que se apresentava como urbanização dos municípios até então incluí-

dos. Além disso, marca também a dissociação de áreas nos municípios, ou seja, suas emancipações. Segundo o Observatório das Metrópoles (UFRJ, 2006), a década de 1990 marca a desestruturação dos órgãos de gestão metropolitana, mas por outros processos, também marca a ampliação da RMBH, seja por via de inclusão de novos municípios, seja pelo desmembramento dos antigos.

Como assinala Almeida (2016), a RMBH apresenta uma estrutura territorial marcada por grande concentração e adensamento em Belo Horizonte e sua área de conurbação. E nesse contexto, a estrutura econômica apresenta grande concentração nas atividades imobiliária, industrial e mineradora, não sendo a atividade agrícola considerada na maioria das análises regionais econômicas. A agroecologia, que é uma parcela dessa atividade agrícola, começa a ser considerada a partir do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, um desdobramento do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana (PDDI-RMBH).

A aproximação entre os movimentos pela agricultura urbana e o movimento agroecológico na RMBH tem criado oportunidades de encontros entre diferentes sujeitos coletivos e instituições para atualizar coletivamente as leituras sobre as dinâmicas territoriais da região, construir propostas e realizar ações conjuntas para promover a agroecologia e a reestruturação dos sistemas agroalimentares urbanos regionais. Nesse sentido, de acordo com Almeida e Biazoti (2017, p. 4),

> O crescente reconhecimento do movimento da agricultura urbana tem proporcionado o reconhecimento das histórias e das práticas de agricultura para a cidade, na cidade e da cidade e amplia as possibilidades de relação da população urbana com a natureza e com a agricultura. [...] A aproximação do campo da agricultura urbana com o campo agroecológico certamente pode contribuir para relacionar e explicitar os princípios e dimensões do enfoque agroecológico aos sistemas produtivos, aos sujeitos sociais e aos territórios urbanos, no sentido de uma "agroecologia urbana". [...] é preciso avançar na desconstrução da dicotomia entre campo-cidade e identificar que há uma luta comum, que é a luta pela terra e o valor de uso dos espaços, enquanto *locus* de produção e reprodução da vida.

A agroecologia, que pode ser compreendida como uma ciência que articula as práticas e os saberes tradicionais com diferentes áreas

do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, também é uma prática social e metodológica orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis e, ao mesmo tempo, é um movimento político para transformação ambiental, social e econômica. Assim, a agroecologia implica

> em mudanças nas atitudes, valores e formas de organização dos atores sociais na conservação e manejo dos recursos naturais, na perspectiva de um bem viver, fomentando relações virtuosas entre a produção e o consumo, a conservação e o manejo dos agroecossistemas e ecossistemas naturais a eles associados, o espaço urbano e o espaço rural. (ABA, 2017, p. 1)

O movimento agroecológico no Brasil e sua articulação em diversas redes têm incidido politicamente na promulgação de várias leis e políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e de alguns municípios para a promoção e incentivo de padrões de produção mais ecológicos (MONTEIRO; LONDRES, 2017; MOURA, 2017). Contudo, historicamente, suas ações têm sido direcionadas para o campo e o desenvolvimento rural, dificultando a incorporação do movimento agroecológico por outros setores da sociedade localizados em contextos urbanos e invisibilizando as experiências de agroecologia nos territórios metropolitanos.

No contexto de desenvolvimento urbano, podemos dizer que a agroecologia desenvolve e aprimora debates de uma metropolitanização humanizada e em harmonia com o meio ambiente, visto que o modelo agroecológico se baseia na salvaguarda dos biomas, na conservação dos recursos naturais, na valorização da biodiversidade, na construção de mercados de curto circuito e na valorização da cultura alimentar local.

REDES DE AGRICULTURA URBANA E A AGROECOLOGIA NA RMBH

No município de Belo Horizonte existem diversas experiências e práticas de agricultura urbana, manifestando-se nos quintais e hortas comunitárias, em vilas e favelas e até em alguns programas e projetos de governos locais (COUTINHO; COSTA, 2011). Já no âmbito da RMBH, identifica-se nos diversos municípios a presença de propriedades de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, comunidades

quilombolas, além de ocupações urbanas. Essas experiências, principalmente as agroecológicas, apontam outras relações socioespaciais possíveis no território metropolitano, porém essas práticas são invisibilizadas pela lógica industrial e capitalista e não configuram como pautas prioritárias de ações e políticas públicas no âmbito regional (ALMEIDA, 2016).

A academia contribui, em seu tripé de ensino, pesquisa e extensão, de maneira relevante no processo de mobilização a partir da presença de grupos de pesquisa, ensino e extensão de universidades da RMBH. No âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), observa-se a atuação histórica do Grupo Aroeira, desde 2006; a criação do AgroÊ e, desde 2013, os trabalhos do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana – AUÊ!, que sedia um Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA). No Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-MG) destaca-se o Programa de Extensão SoFiA, que é ligado ao NEA Mutiró, também vinculado ao Grupo Kaypora, da Universidade do Estado de Minas Gerais. Já no município de Florestal, ressalta-se a atuação do Balaio, grupo de agroecologia da Universidade Federal de Viçosa; e em Sete Lagoas, cidade pertencente ao colar metropolitano, os trabalhos do Grupo Guayi, vinculado à Universidade Federal de São João del-Rei.

Outros grupos desenvolvem trabalhos importantes de divulgação, extensão e prática agroecológica, a grande maioria enraizada nas periferias das cidades da RMBH, como o Roots Ativa, no Aglomerado da Serra; o CAAC, Coletivo formado por moradores do Aglomerado Cabana; o Ervanário São Francisco de Assis, que nasce no bairro Alto Vera Cruz e migra para Sabará, cidade próxima à capital mineira; além de diversas hortas comunitárias, como o grupo Frutos da União, no bairro Ribeiro de Abreu; a Horta Comunitária da Vila Pinho e o Jardim Produtivo, no Barreiro; o Pomar do Bairro das Indústrias; a Horta do Quintal do Sô Antônio, no bairro Lagoinha; as hortas nas ocupações urbanas e nos Centros de Vivência Agroecológica (CEVAEs). Importante ressaltar que muitas dessas iniciativas recebem o apoio técnico de organizações como a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), do Agroecologia na Perifa, dos Hortelões da Lagoinha, dos grupos acadêmicos citados anteriormente e da Prefeitura de Belo Horizonte. Existem inúmeras iniciativas que se encontram mais ou menos articu-

ladas às redes de agricultura urbana e agroecologia, ressaltando-se que os exemplos acima são apenas um apanhado ilustrativo.

Acontece uma intensa mobilização e incidência da sociedade civil em processos políticos para fortalecimento da produção de alimentos de base agroecológica na RMBH. Esses grupos, organizações e redes se articulam para promover e ampliar as práticas de agricultura urbana e agroecologia na RMBH, por meio de encontros, troca de saberes e intercâmbio de experiências. Também discutem propostas de incorporação da produção de alimentos em bases agroecológicas no planejamento urbano e nas políticas públicas como uma possibilidade de desenvolvimento local e regional. Articulam também as dimensões sociais, ambientais e econômicas com as práticas agrícolas nos territórios para ampliação do consumo de alimentos saudáveis pela população metropolitana.

Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana – AMAU

A AMAU é um coletivo composto de agricultoras e agricultores, representantes de grupos e associações comunitárias, organizações da sociedade civil, pesquisadoras/es, movimentos sociais e redes envolvidas com as práticas de agricultura urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dentre as ações da AMAU, estão a organização de encontros; o apoio às iniciativas populares; a mobilização das/os agricultoras/es da RMBH; a divulgação da diversidade de experiências agrícolas na região e de suas diferentes funções. Além disso, a articulação busca aprofundar o debate político sobre a relação campo-cidade e sobre o papel da agroecologia na construção de um projeto popular mediado pela discussão e participação na elaboração de políticas públicas e planejamento. A AMAU se estrutura através das seguintes comissões de trabalho: agrobiodiversidade; produção, comercialização e consumo; auto-organização das mulheres; plantas medicinais; e a de mobilização e comunicação.

A articulação foi criada em 2004, como desdobramento da "Caravana Dignidade e Vida – Segurança Alimentar e Agricultura Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte", que teve por objetivo identificar e debater experiências de agricultura urbana e segurança alimentar protagonizadas pela sociedade civil no estado de Minas Gerais. Esse evento surgiu a partir da criação do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar

e Nutricional Sustentável (FMSANS) e do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG), em 1999, que contou com a participação e composição da organização Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas – REDE.

Dentre os encontros organizados, é importante ressaltar a celebração dos 10 anos da AMAU, realizado em novembro de 2014, no município de Mário Campos. Esse encontro possibilitou a elaboração coletiva de uma "carta política" com as reflexões, reivindicações e propostas de ações definidas pela AMAU que, além de contribuir com os debates sobre as temáticas trabalhadas pela articulação, podem subsidiar a formulação e a implementação de programas e políticas públicas voltados para a promoção da agroecologia e para o fortalecimento da agricultura familiar na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os encontros trimestrais e outras atividades realizadas e/ou apoiadas pela AMAU permitem criar dinâmicas para o intercâmbio de conhecimento, a troca de saberes e de práticas e a capacitação coletiva entre as pessoas envolvidas, principalmente as/os agricultoras/es urbanas/os (FIGURA 2).

A AMAU tem um papel fundamental no processo de caracterização e mapeamento das agriculturas na RMBH. No ano de 2013, a articulação construiu uma ficha de "Declaração de Participação da AMAU" e uma plataforma virtual colaborativa para sistematizar e dar visibilidade ao perfil plural das/os suas/seus integrantes e de outras iniciativas de experiências agrícolas na RMBH (ORNELAS; ALENCAR e ARAÚJO, 2017). Atualmente, a AMAU tem realizado mutirões agroecológicos e encontros para fortalecer sua auto-organização, além de atuar como parceira de inúmeros projetos com foco na agroecologia e agricultura urbana.

Rede Urbana de Agroecologia – RUA Metropolitana

A RUA Metropolitana constitui-se como um espaço permanente de articulação para estabelecer diálogos horizontais e colaborativos entre a universidade, as organizações da sociedade civil, organizações representativas de agricultoras/es, o poder público e pessoas interessadas pela temática com o objetivo de promover e fortalecer uma agenda de agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A criação da RUA Metropolitana iniciou-se logo após o "Curso

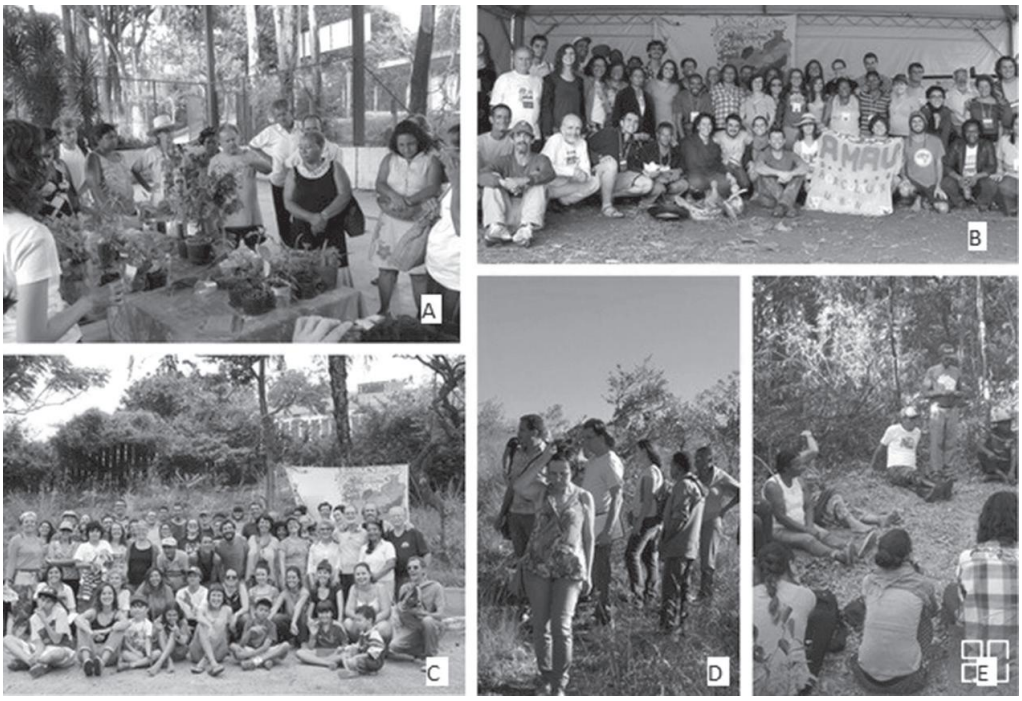

FIGURA 2. Ações da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana: A = Troca de mudas e sementes, 2013; B = Encontro de dez anos, 2014; C = Mutirão para construção da horta agroflorestal no Mercado Distrital Santa Tereza, 2016; D = Caminhada para reconhecimento de plantas medicinais do cerrado, 2014; E = Roda de conversa sobre agrofloresta, 2017.
Fonte: Ornelas, 2017.

para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – Agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte" realizado em outubro e novembro de 2015 pelo grupo AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana (Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais), em parceria com a ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e a Empresa Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG). Essa atividade ocorreu no âmbito de consolidação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA), a partir do projeto "Metrópole em transição: implantação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA/UFMG) na Região Metropolitana de Belo Horizonte".[1] O curso foi direcionado para as/os técnicas/os de assistência técnica e extensão rural, tanto de

[1] O projeto foi financiado pela chamada 081/2013 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Educa-

empresas públicas como de organizações da sociedade civil, e sua proposta foi construir coletivamente uma visão geral das agriculturas na RMBH e uma proposta de assistência técnica e extensão rural orientada pelos princípios da agroecologia[2] (ORNELAS, 2017).

Uma das iniciativas que contribuíram para construção da RUA Metropolitana foi o projeto de extensão "Cultivando Outra Cidade", financiado pela Pró-reitoria de Extensão da UFMG (PROEX) e realizado pelo AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana (IGC/UFMG) durante os anos de 2016 a 2018, que permitiu a dedicação de bolsista para auxiliar na criação e manutenção da rede, através da facilitação, organização e sistematização interna dos encontros, relatorias, documentos e fotos.

Dentre outras ações e atividades realizadas pela RUA Metropolitana estão a aproximação de diversos atores e organizações de diferentes áreas que dialogam com as questões da agricultura urbana e da agroecologia na RMBH; a troca de conhecimentos e experiências; organização coletiva de ações e eventos diversos sobre a temática da agricultura e agroecologia na RMBH; mobilização social e parcerias na construção de projetos para acessar editais e chamadas de financiamento com o objetivo de fortalecer as ações agroecológicas; discussão de leis e projetos de leis sobre agricultura; dentre outras (FIGURA 3) (ORNELAS, 2017).

Atualmente, a rede funciona através de um grupo de e-mails e de eventuais encontros presenciais, estabelecidos de acordo com as condições, necessidades e demandas. Fazem parte do grupo de e-mails da RUA mais de duzentas pessoas que representam diversos grupos, organizações e instituições, especialmente da RMBH.

ção (MEC), Ministério da Pesca e Agricultura (MPA) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[2] Naquele contexto, foi identificada a necessidade de um espaço permanente de encontro e debate entre as organizações, movimentos sociais, órgãos públicos e pesquisadoras/es que participaram do curso para continuar com as discussões e organizar atividades coletivas.

FIGURA 3. Ações da Rede Urbana de Agroecologia Metropolitana – RUA Metropolitana: A = Participação de integrantes da RUA na plenária da Articulação Nacional de Agroecologia, 2017; B = Roda de conversa sobre agroecologia e construção social de mercados na RMBH; C = Cartaz de divulgação da roda de conversa sobre Sistemas Participativos de Garantia, 2017; D = Cartaz de divulgação do evento "Diálogos Metropolitanos – Agricultura na RMBH, Panorama e Perspectivas", 2016; E = Encontro para construção da caravana agroecológica, 2016.
Fonte: Ornelas, 2017.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS AÇÕES, METODOLOGIAS E ESTRATÉGIAS PARA FORTALECIMENTO DA AGROECOLOGIA NA RMBH

No âmbito da composição das redes AMAU e da RUA Metropolitana, foram identificados diversos coletivos, empreendimentos, movimentos sociais e grupos que possuem bandeiras de lutas e reivindicações convergentes, como reforma urbana e agrária, feminismo, comunicação popular, alimentação saudável, economia solidária, ocupação de espaço públicos, entre outras. Além disso, é importante evidenciar a participação de organizações de assessoria, pesquisadores e estudantes de diversas áreas.

As atividades de capacitação e formação também são uma marca das ações coletivas realizadas e das redes tecidas pela agroecologia na região. Como exemplos nos últimos anos, podem ser citados: o curso de

agroecologia urbana, realizado em 2015 pelo AUÊ!/UFMG e o Grupo Aroeira; o curso de capacitação que aconteceu em 2017 na Cabana do Pai Tomás, periferia de Belo Horizonte, promovido pelo Programa de Extensão SoFiA, do Cefet-MG, financiado por um projeto de divulgação científica aprovado em 2016 pela Fapemig; e os módulos temáticos promovidos pelo Agroecologia na Periferia durante os anos de 2016 e 2017 em ocupações urbanas da RMBH, financiados pelo Fundo Casa. Deve-se mencionar ainda que o Grupo Kaypora realiza mensalmente oficinas formativas em agroecologia e culturas que orbitam esse mundo, como as benzeções, os povos tradicionais e parteiras. Esses são apenas alguns exemplos das muitas iniciativas que são realizadas na RMBH e que operam como espaços de formação, mobilização e divulgação da agricultura urbana e da agroecologia.

Diferentemente da AMAU, que é composta por organizações e representantes da sociedade civil, a RUA Metropolitana se configura como um espaço de diálogo entre instituições do poder público e as/os representantes das/es agricultoras/es, coletivos, grupos e movimentos sociais. A participação desses diversos atores também facilita a infraestrutura da rede, além de ajudar a abrir canais para construção de políticas públicas; a organização coletiva do evento "Diálogos Metropolitanos – Agricultura na RMBH, Panorama e Perspectivas", em junho 2016; e a VI Conferência Metropolitana, em novembro de 2017, ambas realizadas pela Agência de Desenvolvimento da RMBH. Esses eventos ampliaram o processo de reconhecimento institucional das atividades agrícolas na RMBH e pela primeira vez a questão agrícola foi tema da Conferência Metropolitana.

Outro processo colaborativo foi a revisão dos planos diretores de onze municípios metropolitanos, assessorados pela UFMG e pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A partir do Estatuto da Metrópole, desde 2015, os municípios metropolitanos precisam fazer ou rever seu planejamento local em diálogo com o planejamento metropolitano, no caso da RMBH, com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI – RMBH) e o Macrozoneamento da RMBH. Nesse contexto, a RUA constituiu-se como mais um espaço para discutir

a incorporação da agricultura urbana e da agroecologia nas propostas de segurança alimentar e nutricional, além das instâncias de planejamento municipais – os grupos locais, as audiências públicas e a equipe técnica.

Nesse sentido, as redes apresentam uma estrutura que envolve diferentes atores e organizações, unidos a partir do estabelecimento e manutenção de objetivos comuns, possibilitando o acesso a recursos de poder, simbólicos, materiais ou informacionais. (FLEURY, 2005). Essas redes apresentam-se como uma maneira de tornar mais eficaz a comunicação e o repasse de informação, o que fortalece a incidência política e a participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas.

Conforme destacado na Carta Política da AMAU, é importante salientar o debate das múltiplas funcionalidades da agroecologia para reivindicação e construção de políticas públicas:

> As diversas atividades da agroecologia permeiam outros setores da sociedade desempenhando funções diversas. Dentre tantas outras atividades que geram alimento, trabalho e renda, a agricultura passa pelo reaproveitamento de resíduos na produção de adubos naturais, pela jardinagem, poda e limpeza urbana, pela preservação de nascentes e APPs, pela recuperação de áreas degradadas e de risco, pela arborização e permeabilidade do solo, pelas farmácias vivas (plantas medicinais) e pelos viveiros de mudas, pelas hortas escolares e pedagógicas, pela criação de animais, como galinhas, codornas, porcos, gado e coelhos. Ressalta-se, diante da importância da função social e ambiental das práticas agrícolas na cidade e no campo, que é fundamental o apoio do poder público para o avanço e consolidação das experiências em agroecologia na RMBH. Governo, setor privado e sociedade civil devem se organizar para construir políticas públicas de apoio e fomento à produção e comercialização de alimentos agroecológicos. (AMAU, 2015, p. 20).

A utilização dos grupos de aplicativos de troca de mensagens e grupo de e-mails é a principal ferramenta de compartilhamento de informações e mobilização das redes, porém, apesar de muito práticos, possuem uma certa limitação de acesso, visto que muitos membros são agricultores/as e não têm acesso regular à internet. Além disso, a falta de recursos financeiros dificulta a mobilização e limita a organização de encontros e até as reuniões dos próprios coletivos.

Recentemente se iniciou o processo de articulação e construção de um Sistema Participativo de Garantia (SPG RMBH) para certificação da produção e para estimular a transição agroecológica. Esse espaço contribui para superar os desafios referentes às mobilizações das/os agricultoras/es. Nesse sentido, essa nova dinâmica permite identificar e caracterizar diversos grupos de agricultoras/es da RMBH dispostos a participar da transição agroecológica e a cooperar para construir a certificação da produção. Além de viabilizar o reconhecimento de novas/os produtoras/es, esse processo concedeu a oportunidade de transmitir novos saberes e aprendizados. De acordo com Radomsky (2009), esse sistema participativo de garantia permite o compartilhamento de saberes e práticas, a troca de sementes e produtos em relações de reciprocidade.

Outra ação que interage com o Sistema Participativo de Garantia é a Feira da UFMG, criada através da articulação entre o Departamento de Gestão Ambiental (DGA-UFMG) e os grupos de estudos AUÊ! e Colmeia Solidária, consolidando-se como um projeto de extensão que articula a agroecologia com a economia popular e solidária. Dentre os critérios para fazer parte da feira, ressalta-se a importância das/os feirantes integrarem a construção do sistema Participativo de Garantia. Nesse sentido, esse espaço tem um papel formativo das/os produtoras/es e consumidoras/es a partir de atividades educativas realizadas durante a feira, além da geração de trabalho, do aumento da renda para as/os produtoras/es e da criação de um circuito curto de produção e consumo na RMBH.

Existem outras redes não formais que se engendram nessa tessitura como a Articulação Embaúba, de parteiras, benzedeiras e raizeiras; as redes que se formam com o objetivo de trocar sementes e mudas e tem encontros realizados em parques pela cidade; e outras como as de divulgação de eventos agroecológicos. É também uma rede de solidariedade que se entrelaça em todas essas configurações, na troca de informações técnicas, caronas solidárias, cooperação e doação de sementes e insumos etc.

Deve-se ressaltar que toda essa trajetória de construção e articulação de experiências na RMBH tem repercutido nos âmbitos estadual e nacional, principalmente no que se refere ao pioneirismo em relacionar as

iniciativas de agricultura urbana e agroecologia com o direito à cidade. Não por acaso, Belo Horizonte foi escolhida para sediar, em 2018, o Encontro Regional de Agroecologia (ERÊ) do Sudeste e o Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), cujo lema foi "agroecologia e democracia unindo o campo e a cidade".

Ao mesmo tempo em que favoreceram a ampliação do escopo de debate e proposições do campo agroecológico, encontros como o ERÊ Sudeste e o IV ENA constituíram importantes momentos de ampliação das redes de agroecologia na RMBH. Importante destacar o empenho dessas redes na ressignificação da agricultura como parte dos territórios urbanos e o apontamento da agroecologia como caminho para superar questões ditas "urbanas": desconexão com a natureza; alternativa para geração de trabalho e renda; atividade econômica compatível com o uso sustentável dos bens comuns; possibilidade de ações coletivas; e valorização da diversidade.

CONSIDERAÇÕES

Atualmente, o Brasil enfrenta uma grande crise política e institucional com ampliação da agenda neoliberal, reduzindo direitos da população trabalhadora, facilitando a expansão e a atuação do capital estrangeiro e o consequente aumento da desigualdade social. A agroecologia tem um grande desafio nesse cenário, devido aos desmontes de políticas públicas de educação, reforma urbana e agrária; do cancelamento de programas de fomento à agricultura familiar e aos povos e comunidades tradicionais; cortes de verbas para incentivo à ciência e tecnologia; além do endurecimento na tratativa de pautas importantes ao movimento agroecológico. Muitas das atividades descritas neste trabalho emergem e se desdobram a partir de editais de fomento à pesquisa, extensão e ensino. O horizonte que se apresenta para os grupos de pesquisa e extensão é de sobrevivência e resistência em meio ao sucateamento da educação pública e limitação de investimentos em projetos que não dialogam com a lógica neoliberal.

Diante disso, as ações e iniciativas realizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte pelas agricultoras e agricultores agroecológicos, pela

AMAU e pela RUA Metropolitana, assim como por outros coletivos e associações, criam oportunidades para a elaboração de estratégias de promoção da agroecologia, da agricultura urbana e da agricultura familiar no contexto metropolitano, articuladas à construção de sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis.

Essas redes se apresentam como uma via para que agricultoras e agricultores enfrentem coletivamente os desafios encontrados no seu cotidiano, como o fomento para a transição agroecológica, a garantia de acesso à terra e à água para produção, a manutenção dos bens comuns, como a agrobiodiversidade, assim como a logística necessária para distribuição e comercialização de seus produtos e infraestrutura para o processamento artesanal.

As normativas e leis são bastante complexas e usualmente de difícil compreensão por agricultores e agricultoras, que muitas vezes não dominam a escrita e/ou a linguagem e termos utilizados na legislação. Até mesmo técnicas/os das empresas públicas de extensão rural e organizações de apoio como ONGs e instituições de pesquisa relatam as dificuldades encontradas para se apropriar e cumprir as regras e exigências legais.

Na perspectiva do consumo, a população urbana também encontra barreiras para se inserir em dinâmicas coletivas que promovam e garantam as informações e as condições necessárias para ampliar a produção e o acesso a alimentos saudáveis, em conformidade com os princípios e valores da agroecologia e com preços justos. Para os sujeitos envolvidos na construção do Sistema Participativo de Garantia – agricultores/as e colaboradores/as –, por exemplo, mais ou tão importante que a própria certificação, é a garantia do abastecimento popular e o fortalecimento das relações sociais.

Assim, esses processos coletivos proporcionam que sujeitos que muitas vezes se encontram marginalizados e isolados em suas dinâmicas familiares, comunitárias e territoriais se conectem para enfrentar coletivamente as dificuldades e avançar juntos/as no acesso aos mercados existentes e na conquista de condições para qualificar a produção e o consumo de alimentos.

Além disso, contribuem para fortalecer as conexões entre essas pautas e outras lutas e movimentos que mobilizam a sociedade na RMBH

atualmente, como reforma urbana e agrária; feminismo; comunicação popular; economia solidária; valorização dos diferentes saberes; resgate e a preservação da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade; ocupação de espaços públicos; formação política; mobilização e organização de base, especialmente das mulheres; entre outras.

AGRADECIMENTOS

A todas/os agricultoras/es da RMBH, à AMAU, à RUA Metropolitana e ao SPG RMBH pela ampliação das conexões entre a agroecologia e o urbano; aos que vieram antes de nós em todos os debates e práticas que fundamentam este trabalho.

REFERÊNCIAS

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. **Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia**. 2015. Disponível em < https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Estatuto_ABA_2015.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

ALMADA, E. D.; SOUZA, M. O. Quintais como patrimônio biocultural. In: ALMADA, E. D.; SOUZA, M.O. **Quintais**; Memória, resistência e patrimônio biocultural. Belo Horizonte, Ed. UEMG, 2017. p. 15-29.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. **Isto e aquilo – agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; BIAZOTI, André Ruoppolo. Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade! Congresso Latino-americano de Agroecologia, 6.; Congresso Brasileiro de Agroecologia, 10.; Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno, 5. Brasília, 2017. **Anais [...]**. v. 13, n. 18. jul. 2018.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de et al. Um diálogo entre a agroecologia e a agricultura urbana em regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [s.l.], v. 13, n. 1, maio 2018. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/22463>. Acesso em: 26 jul. 2019.

AMAU. Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana. **Carta Política – 10 anos**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://aueufmg.wordpress.com/carta-politica-articulacao-metropolitana-de-agricultura-urbana-amau/> Acesso em: 02 ago. 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, v. 13, n. 2, p. 81-97, jul./dez. 2011.